

# **CIMS S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais  
Em 30 de setembro de 2017  
(Em reais)

## **1. Contexto operacional**

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais e vem apresentando prejuízos de forma recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

## **2. Apresentação das informações trimestrais**

### **2.1 Base de elaboração**

As informações contábeis individuais foram preparadas, e estão sendo apresentadas para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis para o período findo em 30 de setembro de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração em 10 de novembro de 2017.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

## **2.4 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente**

Não houve alterações significativas, para essas informações trimestrais, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

## **2.5 Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar sem prejuízo do conjunto das informações contábeis trimestrais.

# **3. Resumo das principais políticas contábeis**

## **a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

## **c) Instrumentos financeiros**

### **(i) *Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

**d) Imposto de renda e contribuição social**

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações trimestrais. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

**e) Tributos a recuperar**

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

**f) Prejuízo básico e diluído por ação**

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos dilutivos a serem considerados em 30 de setembro de 2017.

**g) Passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**(i) *Passivos contingentes***

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa.

A Companhia não possui quaisquer processos judiciais ou administrativos que tenham sido ajuizados no período findo em 30 de setembro de 2017.

**(ii) *Obrigações legais***

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

#### 4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Data	Contraparte	Remuneração (%) CDI	Data de vencimento	Valor de custo	Valor atual	Nível
06/03/2017	Banco Bradesco	90%	25/02/2019	17.534	193.810,18	1

#### 5. Impostos a recuperar

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras, ocorrido no período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017 e em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2016. Para todos os créditos foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

#### 6. Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017.

#### 7. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O capital social está representado por 21.023.873 ações, sendo 7.008.011 ordinárias e 14.015.862 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de agosto de 2017, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, houve um aumento de capital no valor de R\$ 200.000.

##### b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor.

##### c) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
ON	7.008.011	3.698.406
PN	14.015.862	7.396.652
Quantidade de ações	21.023.873	11.095.058

Memória de cálculo do resultado por ação:

Trimestre findo em	Prejuízo do período	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
30/09/2017	(130.983)	7.008.011	(0,019)
Trimestre findo em	Prejuízo do período	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
30/09/2016	(113.593)	3.698.406	(0,03)

## 8. Resultado financeiro

	30/09/2017	30/09/2016
Rendas com títulos e valores mobiliários	5282	5.729
Atualização monetária	516	-
Despesas bancárias	(410)	(358)
Multa	(3.300)	-
	2.088	5.371

## 9. Despesas gerais e administrativas

	30/09/2017	30/09/2016
Serviços de publicidade	(19.916)	(16.845)
Serviços de contabilidade	(38.745)	(36.116)
Serviços de assessoria e consultoria	(5.740)	(1.200)
Serviços de auditoria	(7.000)	(21.405)
Outros serviços prestados PJ	(8.280)	(2.393)
Anuidade BM&FBovespa	(36.636)	(26.290)
Taxa de fiscalização CVM	(12.790)	(13.043)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.463)	(1.383)
Impostos e taxas diversos	(285)	(289)

Outros

(1.216)	-
(133.071)	(118.964)

## 10. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### ***Riscos de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### ***Risco de juros***

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras registrado no balanço patrimonial, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

\* \* \*